

**8 - 4 | 2020**

---

## **FAD – Formação Assistida Digitalmente, a transição digital na formação presencial**

*DAT - Digitally Assisted Training, the digital transition in classroom training*

*FAD - Formación Asistida Digitalmente, la transición digital en la formación presencial*

**Susana Jorge**

---

### **Electronic version**

URL: <https://revistas.rcaap.pt/uiips/> ISSN: 2182-9608

### **Publisher**

Revista UI\_IPSantarém

### **Printed version**

Date of publication: 31<sup>st</sup> December 2020 Number of pages: X-XX

ISSN: : 2182-9608

### **Electronic reference**

Jorge, S. (2020). *FAD – Formação Assistida Digitalmente, a transição digital na formação presencial. Conferência Virtual A Transformação Digital e Tecnologias em Tempo de Pandemia*. Revista da UI\_IPSantarém. Edição Temática: Ciências Exatas e Engenharias. 8(4), X-XX. <https://revistas.rcaap.pt/uiips/>

## **FAD – Formação Assistida Digitalmente, a transição digital na formação presencial**

## **DAT - Digitally Assisted Training, the digital transition in classroom training**

## **FAD - Formación Asistida Digitalmente, la transición digital en la formación presencial**

**Susana Jorge**

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

[200200031@ese.ipsantarem.pt](mailto:200200031@ese.ipsantarem.pt)

### **RESUMO**

A formação profissional em Portugal sofreu grandes alterações com a pandemia provocada pela CoViD-19, sendo necessário garantir a continuidade das ações de formação a decorrer nos vários centros de formação do país, e foram implementadas estratégias de comunicação com os formandos e soluções de formação assistida digitalmente. O paradigma da formação profissional mudou, deixou de haver a obrigatoriedade de formação presencial em sala, em algumas modalidades, e a formação a distância passou a ser uma realidade. Todos os atores da formação se mobilizaram para a mudança e adaptaram-se à utilização de novos recursos digitais na formação. Neste artigo pretende-se aferir a adaptação dos formadores à forma de comunicar com os formandos quer em plataformas de trabalho colaborativo ou Learning Management Systems (LMS) e aplicações de videochamada.

**Palavras-chave:** formação, inclusão digital, pandemia, recursos digitais, transição digital

### **ABSTRACT**

Vocational training in Portugal has undergone major changes with the pandemic caused by CoViD-19, and it is necessary to guarantee the continuity of training actions taking place in the various training centers in the country, and communication strategies with trainees and assisted training solutions were implemented. digitally. The paradigm of professional training has changed, there is no longer a requirement for classroom training in some modalities, and distance training has become a reality. All training actors were mobilized for change and adapted to the use of new digital resources in training. This article aims to assess the adaptation of trainers to the way of communicating with trainees, whether on collaborative work platforms or Learning Management Systems (LMS) and video call applications.

**Keywords:** digital inclusion, digital resources, digital transition, pandemic, training

## 1 INTRODUÇÃO

A treze de março de 2020 as atividades letivas e não letivas da formação profissional foram suspensas devido às medidas de confinamento de combate à pandemia provocada pela CoViD-19.

A formação profissional de qualificação escolar e profissional tem um regime rigoroso de assiduidade, sendo registadas as presenças dos formandos e valores mínimos de presenças para a validação das unidades de formação de curta duração (UFCD) e por isso, até março de 2020, foi sempre adotado um regime de frequência presencial.

Nos referenciais da formação profissional, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), são uma das áreas da formação base ou sociocultural, obrigatória na componente escolar, no nível básico na modalidade de Educação e Formação de Adultos (Rodrigues S. , 2009), e no nível secundário da modalidade de Aprendizagem (IEFP, 2014).

As competências digitais são já trabalhadas na formação profissional, na componente escolar, e na componente tecnológica em várias UFCD, onde se desenvolvem de forma transversal.

De salientar que a necessidade de trabalhar estas competências vem reforçada no programa de competências digitais para Portugal, 2017-2030, a Iniciativa Nacional “Competências Digitais e.2030 - Portugal INCoDe.2030”, que consiste num programa de política pública dedicado ao reforço de competências digitais, uma vez que “um país com cidadãos mais proficientes no mundo digital é também um país com pessoas mais incluídas, mais participativas e mais aptas a lidar com a sociedade da qual fazem parte” (Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital para Portugal, 2019, p. 3), bem como para dar resposta às exigências do mercado de trabalho, pois “uma população ativa mais capaz gera mais empregos novos, assim como mercados e produtos inovadores, gerando atividades económicas mais competitivas e robustas” (Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital para Portugal, 2019, p. 3).

Com a pandemia atual, esta necessidade foi mais premente e o processo de desenvolver competências digitais foi mais acelerado, pois todos os atores de formação tiveram que dar continuidade às ações de formação em curso.

Neste âmbito, pretendeu-se com este estudo evidenciar as estratégias de comunicação com os formandos e quais as plataformas usadas para dinamizar a formação digitalmente assistida.

## 2 TRANSIÇÃO DIGITAL

Com as necessidades de acesso ao digital na formação, que surgiram na fase pandémica, tornou-se ainda mais evidente as assimetrias existentes nos formandos no que diz respeito à inclusão digital. Para além da própria cobertura de Internet que ainda não abrange, nas melhores condições, todo o território português, há a destacar no perfil sociodemográfico da população portuguesa duas características que determinam o grau de utilização da Internet: a idade e a escolaridade. “Nas faixas etárias mais jovens a Internet é utilizada pela esmagadora maioria: 98% da população com idade entre os 16 e os 24 anos. Valor igualmente elevado regista-se na população com escolaridade de nível superior: 97% utiliza a Internet. No polo oposto encontramos os que nunca utilizaram a Internet: 76% da população entre os 55 e os 74 anos e com baixa escolaridade (no máximo com o ensino básico) e 73% da população com idade entre os 65 e os 74 anos” (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2015, p. 4).

Está definido na Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacias Digitais (2015 - 2020) que estas assimetrias devem ser combatidas aumentando as competências digitais em falta, e para isso é necessário conjugar três fatores:

“(1) a definição e aplicação dum quadro referencial para as competências digitais, (2) a implementação de uma rede à escala nacional com a missão de mobilizar a infraestrutura necessária para que esta população possa ter a oportunidade de formar estas competências digitais e, por fim, (3) a compilação e disponibilização de uma ampla oferta de recursos, disponibilizados de forma gratuita, destinados à formação destas competências pela população que não as tem” (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2015, p. 4).

De referir que não é um problema novo, em 1997, n' O Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal é referido que os fenómenos de infoexclusão surgem pela falta de acesso individual, que pode estar relacionada com os custos e a falta de ligação à rede digital e pela falta de literacia informática (Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação, 1997, p. 96).

No entanto, o direito à educação na sociedade da informação e do conhecimento é um dos direitos resultantes da era digital reforçando o princípio da dignidade humana e do pleno desenvolvimento humano que depende também de uma educação digital (Martins E. , 2020, p. 16). “O direito ao acesso às novas tecnologias como a Internet e o ciberespaço constituem o cerne dos direitos humanos contemporâneos, pois é por meio deles que serão asseguradas as múltiplas dimensões da vida humana, tais como o acesso às informações e comunidades virtuais” (Oliveira, 2010, p. 24).

O Plano de Ação para a Transição Digital prevê três catalisadores no Pilar I – Capacitação e inclusão digital das pessoas, que são: a educação digital, a requalificação e formação profissional e a inclusão e literacia digital. Uma das iniciativas nesta área é a implementação de uma tarifa social de acesso a serviços de Internet, a criação do programa de inclusão digital de 1 milhão de euros, e ainda um programa de formação intensiva para 3000 participantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020).

Esta mudança, forçada pela pandemia, poderá ser uma oportunidade de catapultar e aumentar o nível de competências digitais nos adultos que estão em formação.

### **3 CAPACITAÇÃO DIGITAL**

Todos os atores da formação são determinantes na formação assim como no aumento das competências digitais, no aumento da literacia digital e na promoção da inclusão digital, segundo as orientações do Plano de Ação para a Transição Digital.

Sendo os formandos o público-alvo desta ação, cabe às entidades formadoras potenciarem a utilização dos meios digitais dando condições para a realização de FaD, formação a distância ou para a FAD, formação assistida digitalmente. Por outro lado, cabe aos formadores promover a capacitação digital dos formandos, mas em primeiro lugar a sua auto-capacitação.

A pandemia e a primeira fase do confinamento foram determinantes para os formadores fazerem a sua autoavaliação em termos de competências digitais, pois o desafio era iminente, a formação iria mudar para um suporte online.

#### **3.1 Autoavaliação do formador**

O formador é “um indivíduo qualificado, detentor de habilitações académicas e profissionais específicas, cuja intervenção auxilia o formando na aquisição de conhecimentos e/ou desenvolvimento de capacidades, atitudes e formas de comportamento. (...) Ao Formador não basta ensinar e transmitir conhecimentos, é necessário ser um “facilitador” da aprendizagem, um estimulador à criação de novos comportamentos e atitudes, um profissional que exerça influência nos seus formandos – orientação centrada no cliente - no que respeita à excelência, que observe e estude as diferenças individuais dos sujeitos, as suas consequências e as suas causas.” (CNQF - Centro Nacional de Qualificação de Formadores, 2020, p. 5) De referir ainda que o formador deve ter a capacidade de diferenciação que “comporta a necessidade de ser empreendedor, ter autonomia e espírito de iniciativa, capacidade de adaptação a qualquer público, ser capaz de sair “do âmbito da sala” e ir para além do que é tradicional e convencional” (CNQF - Centro Nacional de Qualificação de Formadores, 2020, p. 5).

No início da pandemia e com a perspetiva de haver indicações para a formação ter um reinício online, era necessário que o formador tivesse competências para poder exercer as suas funções recorrendo a plataformas de ensino a distância e outros recursos digitais.

A 3ª edição do referencial de formação pedagógica inicial de formadores define que uma das competências nucleares do Formador é “explorar recursos multimédia e plataformas colaborativas” (CNQF - Centro Nacional de Qualificação de Formadores, 2020, p. 8) e por isso a existência de dois

módulos relacionados às competências digitais, o módulo 6 – Recursos didáticos e multimédia (exploração de recursos didáticos e construção de apresentações multimédia) e o módulo 7 – plataformas colaborativas e de aprendizagem (plataformas: finalidades e funcionalidades e comunidades virtuais de aprendizagem) (CNQF - Centro Nacional de Qualificação de Formadores, 2020, p. 16).

Segundo o resultado do projeto “Stepping Up to Technology in Adult Education” (StepUp2ICT) que pretende apoiar os educadores de adultos nas ferramentas TIC, em 2019, antes da pandemia, em Portugal, “a maioria dos respondentes considera as competências sociais (82,2%), as competências de ensino (68%) e as competências digitais (58,9%) essenciais para o sucesso como educador de adultos. Além disso, 36,9% dos inquiridos assinalou as competências digitais como as competências que gostariam de melhorar como educadores de adultos, seguidas pelas competências sociais (23,7%) e pelas competências de ensino (15,8%). Em geral, os dados revelam que as competências digitais são de extrema importância para os educadores de adultos” (Coterillo, et al., 2019, p. 31).

No caso da formação profissional presencial os recursos digitais são utilizados com o objetivo de serem aplicados em sala de formação. Nestas novas metodologias de Formação assistida digitalmente o formador teve de adaptar recursos, planificações e metodologias, logo no início da pandemia enquanto se aguardava o início da formação.

O formador precisou de se autoavaliar, de perceber aquilo que sabia fazer e que fez, e pensar no que deveria fazer, identificando as suas falhas, para poder procurar desenvolver as competências em falta.

A autoavaliação é uma metodologia para o individuo ter conhecimento dos seus pontos fracos e tentar melhorar continuamente procurando a excelência, para isso tem de perceber a importância dessa melhoria, que não pode ser apenas uma reação a uma situação, como a que atravessamos.

A autoavaliação é um processo, que neste caso, surge com uma necessidade óbvia de utilizar ferramentas e recursos digitais para executar a sua função, neste caso, dar formação que pode resultar de uma reflexão pessoal ou então recorrendo a ferramentas que poderão auxiliar na definição dos aspetos a melhorar.

Uma das ferramentas que pode ser usada é a análise *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) que “foi inicialmente concebido como um modelo de avaliação da posição de uma organização ou empresa face ao mercado” (Pereira R. &, 2013, p. 2). Neste contexto, e tendo em conta um fator externo (ameaça) relevante como a pandemia CoViD-19, a análise *SWOT* pode ser elaborada na perspetiva de sinalizar os pontos fortes e pontos fracos, tendo em conta esta realidade.

Este processo de adaptação surge da necessidade de adaptar conteúdos e recursos, de conhecer plataformas que pudessem ser utilizadas na formação a distância.

No caso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. foram realizadas ações de formação em abril de 2020, para cerca de 3000 formadores ao serviço dessa organização, sobre a plataforma colaborativa a adotar para a formação a distância, neste caso, o Microsoft Teams.

### **3.2 TransFormação digital**

O desenvolvimento de competências digitais pelos formadores levou a um aperfeiçoamento e melhoria das suas competências, no entanto, são processos que requerem tempo e muita experimentação de recursos e práticas.

Durante os primeiros meses de confinamento, dado que não era possível realizar formação presencial, os formadores tiveram oportunidade de fazer formação a distância, formal e informal, recorrendo a várias modalidades disponíveis, procurando melhorar as suas competências digitais em termos de utilização de recursos digitais e plataformas colaborativas.

De acordo com o projeto “Stepping Up to Technology in Adult Education” (StepUp2ICT), “em Portugal, 93,5% dos participantes utilizam as TIC no âmbito da planificação da formação e dos

respetivos conteúdos; 82,2% utilizam as TIC para diagnosticar as necessidades dos aprendentes adultos; 94,2% utilizam as TIC no domínio da conceção de conteúdos; e 82,5% utilizam as TIC para fins de avaliação e monitorização. O diagnóstico e a avaliação emergem como os domínios que merecem particular atenção em termos de propostas concretas sobre o que pode ser feito com as TIC. Quando solicitados a especificar os domínios em que gostariam de obter formação adicional para potenciar o uso das TIC nas suas práticas profissionais, os inquiridos destacam três domínios: 1) o uso das TIC no desenvolvimento de atividades e exercícios práticos (desenvolvimento); 2) o uso das TIC na conceção de conteúdos de formação (conceção); e 3) o uso das TIC durante a execução da formação (concretização).” (Coterillo, et al., 2019), antes da pandemia.

A APF – Associação Portuguesa de Formadores registou vários pedidos de informação sobre como adquirir esse tipo de competências, tendo realizado três ações de formação a distância em regime de b-learning, de 30 horas, a cerca de 60 associados, de forma gratuita.

De referir ainda algumas ações do FORMA-TE que promoveu *webinars* gratuitos aos profissionais do ensino e formação, entre outras entidades que disponibilizaram ações de formação recorrendo a várias formas:

### 3.2.1 MOOC

Um MOOC (*Massive Open Online Courses*) são cursos online, abertos ou livres para acesso em massa, ou seja, por muitas pessoas. Os MOOC garantem o processo de comunicação, interação e colaboração entre professores (Gonçalves, 2018).

Os MOOC em regra geral são gratuitos e existe muita oferta na Internet, podendo ser realizados em e-learning, em que cada participante gere o seu tempo.

A plataforma NAU.pt apresentou alguns cursos nas áreas de plataformas colaborativas ou recursos digitais, entre outros.

### 3.2.2 Formação certificada

Os formadores não carecem de formação contínua para poderem exercer a sua atividade, pelo que poderão realizar formação certificada na sua área técnica ou de formação contínua de formadores. Alguns formadores, também procuraram formação com uma maior duração, no sentido de obterem também um certificado formal da sua formação.

A Microsoft que gere a plataforma Teams tem ao dispor dos educadores alguns cursos sobre este recurso e outros que podem ser utilizados na formação a distância como o Sway ou Forms.

### 3.2.3 Formação e-Formador

O Certificado de Competências Pedagógicas de especialização (CCPe) de e-Formador já existe há algum tempo, no entanto, a procura destas ações de formações cresceu no período de confinamento devido à CoViD-19.

Estes cursos pretendem transmitir as competências digitais e pedagógicas para um formador poder garantir ações de formação a distância.

A necessidade destes profissionais de formação é cada vez maior (Rodrigues E. , 2004), sendo em tempos de pandemia houve um acréscimo muito substancial.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. promoveu a partir de abril de 2020, ações de formação do CCPe de e-Formador a formadores que estivessem ao seu serviço ou não.

### 3.2.4 Webinar

É um seminário online que permite ter muitos utilizadores ligados sincronamente e que pode ser dinamizada de forma dinâmica, isto é, podem ser colocadas questões para se proceder a *checkpoints* de avaliação e até para exprimir opiniões.

Foram dinamizados inúmeros *webinars* durante o período de confinamento por várias organizações de forma a partilhar conhecimentos e práticas.

### 3.2.5 Comunidades de professores/formadores online

Nas Redes Sociais surgiram algumas comunidades de professores/formadores online, privadas ou públicas, para grupos pequenos ou maiores, sendo que o principal objetivo é a partilha e troca de experiências de metodologias e recursos didáticos para o ensino/formação. Estas comunidades permitem acolher participantes de todas as zonas geográficas, de várias áreas de formação e com diferentes níveis de competências mas com um objetivo comum no que concerne à construção do conhecimento e ao desenvolvimento profissional, constatando-se que e a sua principal motivação é mesmo a melhoria de competências profissionais (Loureiro, Vaz, Rodrigues, & Loureiro, 2009).

Nestas comunidades, os participantes são livres de interagir, partilhar conhecimento, colocar questões, e recolher a informação que pretendem. Na prática, estas comunidades online, são ferramentas de formação contínua, atuais e em permanente atualização.

## 3.3 Formação assistida digitalmente

A urgência de reiniciar as ações de formação suspensas de forma a garantir a continuidade das ações levou a que os formadores tivessem que, rapidamente, adaptar as suas planificações e recursos à nova metodologia, tendo em conta as especificidades de cada grupo, - grupos presenciais, - grupos totalmente online, - grupos parcialmente online, em que parte dos formandos ficam em sala presencialmente e os restantes estão a distância e por fim - os grupos mistos, em que em algumas UFCD ficam online e em outras assistem presencialmente devido à natureza dos conteúdos.

“A suspensão das atividades letivas presenciais, por todo o mundo, gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência” (Moreira, Henriques, & Barros, 2020, p. 2). No caso da formação a situação é semelhante e existe a formação remota de emergência.

Em menos de três meses, os formadores adaptaram-se e desenvolveram aquelas que consideram as melhores práticas, dentro do possível, e em junho apresentam já planificações consolidadas e adaptadas a cada tipologia e grupo.

Atualmente, e passados cerca de oito meses do início da virtualização da formação, pressupõe-se que tenha havido uma alteração de práticas e o formador teve de passar a comunicar de formas que regularmente não utilizaria.

O formador para além de dinamizar a formação, passou a estar em permanência em contacto com os formandos, e interage remotamente com eles seja de forma síncrona ou assíncrona, recorrendo a plataformas colaborativas ou redes sociais, uma vez que o contacto social foi reduzido ao mínimo.

Atualmente, e como resultado deste período pandémico, a formação assistida digitalmente resulta de planificações que se foram adaptando nos últimos meses.

O formador que já produzia o seu próprio material passou também a recorrer aos recursos digitais com maior interação com os seus formandos, nomeadamente através de aplicações disponibilizadas gratuitamente na Internet. O formador passa a ser um “*maker*” (Moreira, Henriques, & Barros, 2020).

Os formadores recorrem-se assim dos recursos digitais para a formação, mantendo o contacto e comunicação permanente tendo em conta a obrigatoriedade presencial típica da formação.

### 3.4 Plataformas de ensino/formação a distância e videochamada

Atualmente existem no mercado vários ambientes adequados à criação ou dinamização de cursos de formação a distância, designados por *Learning Management System* (LMS), como por exemplo o Moodle ou o Blackboard, entre outros. Recentemente a Google desenvolveu uma plataforma de ensino e/ou formação a distância, a Google Classroom que permite a utilização de um sistema gratuito por parte dos intervenientes.

No que diz respeito à comunicação síncrona também existem várias soluções no mercado, como o Zoom, Skype, Google Meet e mesmo o WhatsApp.

Podemos dizer que atualmente a formação profissional decorre assistida digitalmente, com variadas plataformas consoante as entidades formadoras, no entanto, cumprindo orientações gerais, como é no caso do IEFP, IP.

Nesta entidade, todos os formandos são questionados sobre a autorização de utilização de dados digitalmente, nomeadamente o tipo de contacto, o acesso à plataforma Teams, e caso não autorizem não podem ingressar as ações. No início de cada ação, o formando tem de preencher um formulário, dando ou não, o seu consentimento para utilização dos seus dados para contacto e comunicação.

De referir que no início de cada sessão os formadores transmitem aos formandos as orientações de utilização da plataforma nomeadamente, a proibição de gravação áudio e vídeo, e de tirar fotos ou conversas realizadas online; assim como a não obrigatoriedade de partilhar vídeo ou foto aquando das reuniões.

#### 3.4.1 Microsoft Teams

O Microsoft Teams é uma plataforma de trabalho colaborativo gratuita, no entanto, para aderir ao *tenant* é necessário que a entidade/organização tenha um protocolo com a Microsoft. Muitas organizações contratualizaram com a Microsoft este serviço em conjunto com a cedência de licenças do Office 365 para formandos e formadores.

Desta forma promove-se a utilização de software legal, em plataformas online e em aplicações desktop.

O Microsoft Teams permite criar equipas, gerir tarefas e controlar as mesmas, assim como gerir recursos de apoio à formação, para além de poder garantir as sessões síncronas através de reuniões.

#### 3.4.2 Moodle

O Moodle é um LMS por excelência, conhecido por todas as escolas. Uma das principais vantagens é ser *Open Source* e por isso, apesar de ter direitos de autor, qualquer pessoa pode copiar, distribuir e alterar o ambiente de acordo com as suas preferências.

Foi lançado em 2002 e tinha como objetivo ser uma plataforma que permitisse criar comunidades online com o intuito dos seus utilizadores partilharem materiais didáticos, promovendo uma aprendizagem colaborativa (Pereira, 2012).

#### 3.4.3 Google Classroom

A Google desenvolveu uma plataforma LMS, gratuita, o Classroom que permite aos utilizadores acederem de forma gratuita, no entanto, para ferramentas mais desenvolvidas e outro tipo de



apoio, permite ainda que as instituições adquiram o Google Suite e possam disponibilizar o acesso aos seus formandos e formadores.

Esta plataforma permite sessões síncronas através do Google Meet.

#### 3.4.4 Zoom

O Zoom é uma plataforma de videochamada, gratuita com restrições, podendo as chamadas ser apenas de 40 minutos. As organizações podem contratualizar serviços pagos com mais serviços, e tempo ilimitado.

Esta plataforma permite a organização de *Webinar*.

#### 3.4.5 Skype

O Skype é uma aplicação mais antiga que permite fazer videochamada, individuais ou em grupo e assim manter o contacto e comunicação entre os participantes. É de acesso gratuito.

### 3.5 Utilização de dados pessoais

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD), aplicável desde o dia 25 de maio de 2018, estabelece regras relativas à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares, mesmo que tenham sido recolhidos antes daquela data, e é aplicável diretamente a todas as entidades que procedam ao tratamento desses dados.

Para que as entidades formadoras possam tratar os dados pessoais dos formandos e formadores, designadamente nas plataformas de formação a distância, em áreas de trabalho contributivas para partilha de conteúdos, sistemas de videoconferência e sistemas de *messaging* e partilha de ficheiros é necessário o consentimento destes, que deve ser livre, explícito, inequívoco e informado, para efeitos de gravação de todas as atividades e interações desenvolvidas no âmbito das plataformas a distância (Europeu, 2018).

## 4 MÉTODO

Considerou-se a metodologia de investigação baseada no método “estudo de caso” pois o objeto deste estudo trata um fenómeno real muito recente, que é a formação assistida digitalmente.

Neste artigo pretende-se aferir que plataformas de trabalho colaborativo ou *Learning Management Systems* (LMS) e aplicações de videochamada os formadores usam em tempos de pandemia. Utilizando esta metodologia pretendemos responder a estas duas questões. Notaram-se alguns constrangimentos nesta metodologia nomeadamente o número de respostas.

Em primeiro lugar, procedeu-se à realização de um questionário online no Google Forms para diagnosticar a utilização de alguns recursos digitais de ensino/formação procurando saber que plataformas foram usadas para a formação assistida digitalmente, nomeadamente em termos de *Learning Management System* e para a Videoconferência.

O questionário foi aplicado no período de 23 a 29 de outubro de 2020, online, partilhado nas Redes Sociais, nomeadamente o Facebook.

O questionário foi respondido individualmente por 288 professores e formadores e permitiu recolher informações sobre os aspetos essenciais organizado nas seguintes categorias: caracterização da amostra, utilização de plataformas de FAD e aplicações de videochamada.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Resultados do Questionário

Ao questionário responderam 288 inquiridos, 128 são formadores, 128 são professores e 32 exercem ambas as funções, em simultâneo.

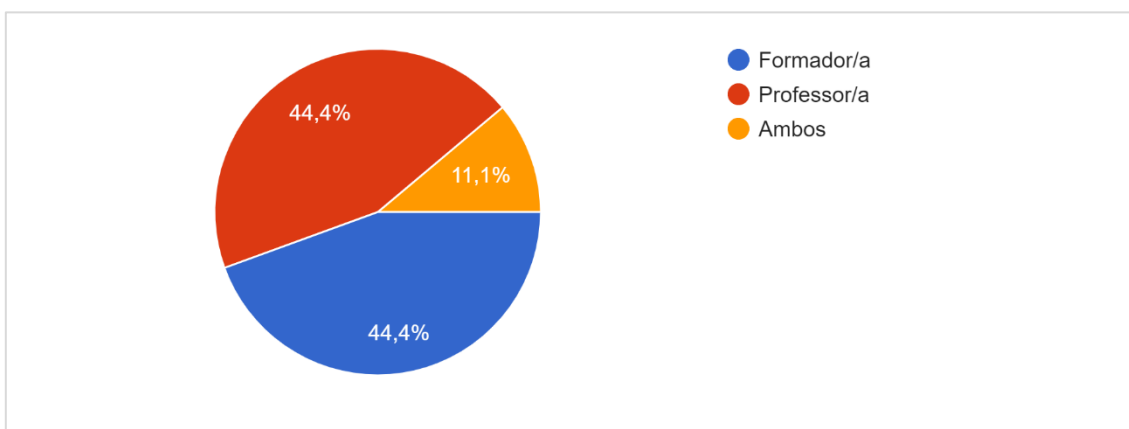


Figura 1: Atividades profissionais dos inquiridos

Conseguimos aferir que os inquiridos são representativos de várias faixas etárias, sendo que a maioria (51,7%) tem dos 41 aos 50 anos. Entre os 31 e os 40 anos tivemos 26% dos inquiridos, 19,4% dos 51 aos 60 anos, e os restantes estão entre os 20 e 30 anos ou têm mais de 61 anos, numa percentagem semelhante.

Foram registadas respostas de várias zonas do país cobrindo todas as regiões do país incluindo as regiões autónomas incluindo dos Açores e da Madeira, mas a maioria dos inquiridos (52,6%) exercem a sua atividade profissional no Ribatejo, Oeste e Lisboa.

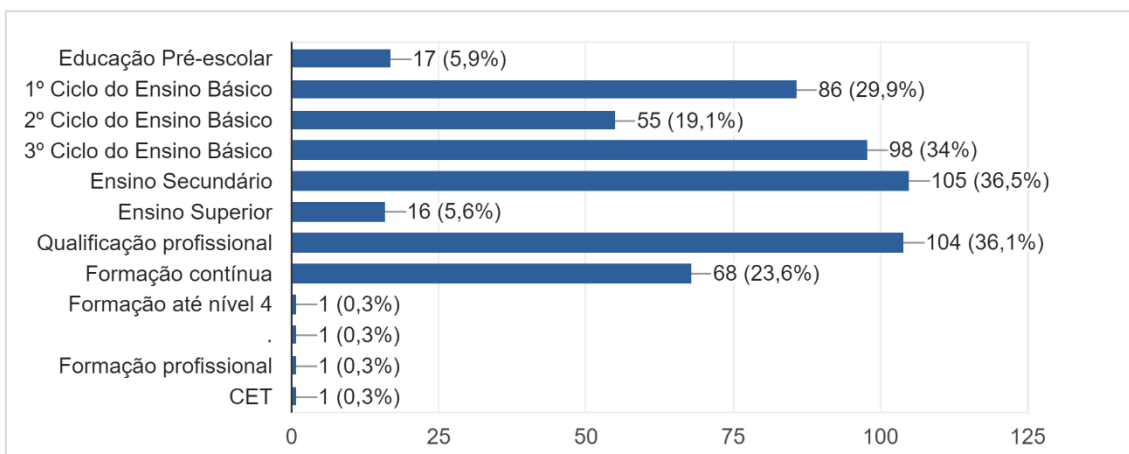
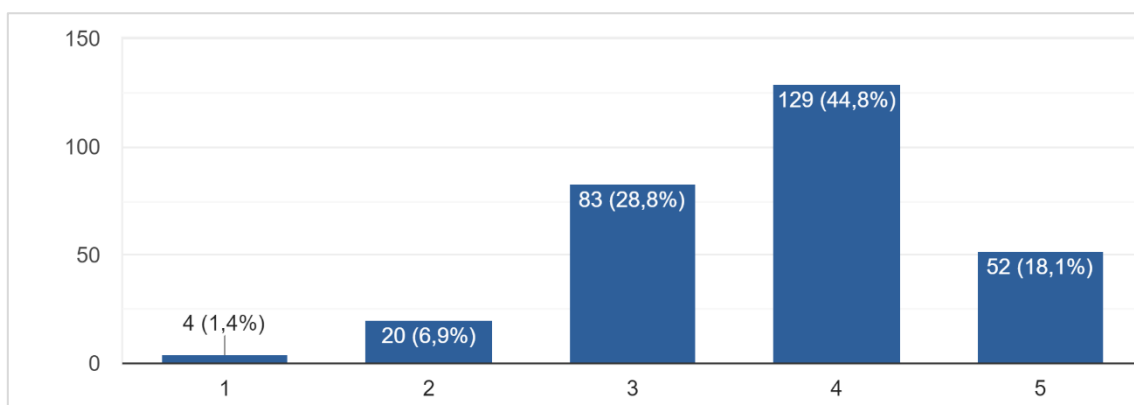


Figura 2 - Níveis de escolaridade/qualificação

A maioria dos inquiridos exerce a sua atividade (ensino/formação) no 1º ciclo, 3º ciclo, ensino secundário, e/ou na qualificação profissional e formação contínua.

As áreas dos inquiridos são maioritariamente: Contabilidade e Fiscalidade, Pré-escolar, 1º ciclo, Formação de Formadores, Inglês, Informática e Português.



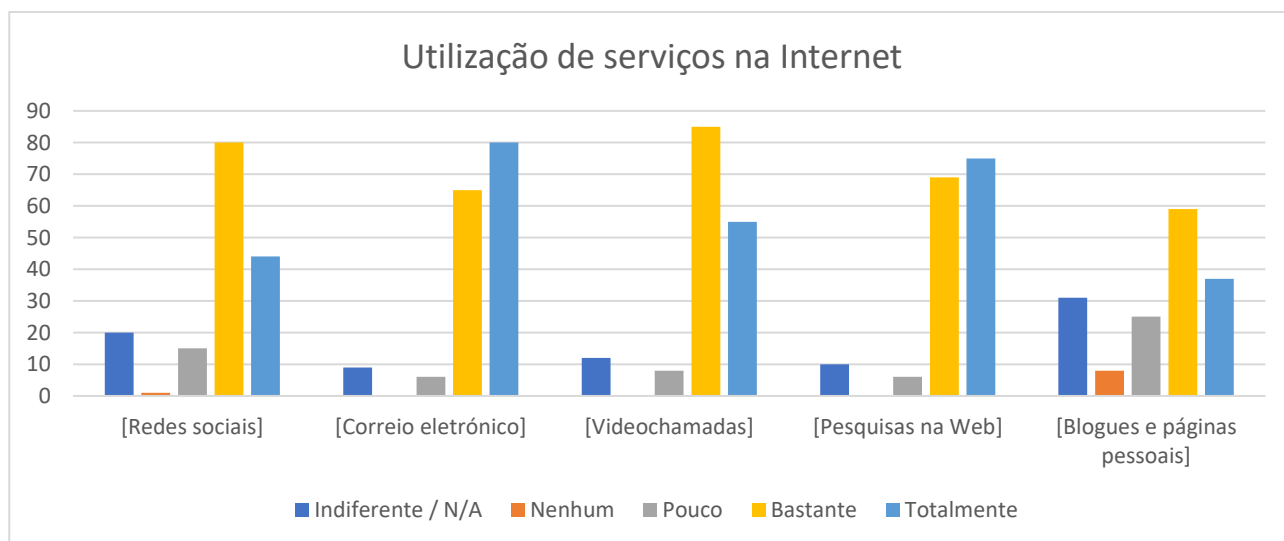
**Figura 3 - Grau de satisfação quando à EFA em período de confinamento**

Questionámos ainda sobre o grau de satisfação dos inquiridos quanto ao uso do ensino/formação a distância durante o período de confinamento, e apenas 1,4% dos inquiridos, ou seja, 4, não estão satisfeitos com a sua experiência e a maioria dos inquiridos considera a sua experiência positiva, sendo até muito boa ou excelente.

## 5.2 Resultados do Focus Group

No questionário foram aplicadas outras questões nomeadamente em termos de utilização de recursos didáticos, no entanto, neste artigo serão apresentados apenas os dados dos formadores, 160, visto ser o público-alvo estudado neste artigo.

### 5.2.1 Domínio na utilização de serviços na Internet



**Figura 4 - Utilização de serviços na Internet (formadores)**

No que diz respeito ao domínio de alguns serviços da Internet, 80 formadores consideram que dominam bastante as Redes Sociais e 44 consideram que dominam totalmente.

Quando ao correio eletrónico 80 formadores consideram que dominam totalmente a sua utilização e 65 dominam a sua utilização bastante bem.

Os formadores foram inquiridos relativamente ao uso das videochamadas e 85 dominam bastante a sua utilização e 55 dominam totalmente estas aplicações.

Os resultados são também bastante satisfatórios em relação às pesquisas Web em que 69 dominam bastante nem a sua utilização e 75 dominam totalmente.

Relativamente ao domínio na utilização de blogues e páginas pessoais os resultados já são menos satisfatórios e temos 31 formadores que são indiferentes ou não usam, 8 não dominam e 59 dominam bastante bem e 37 dominam totalmente.

### 5.2.2 Plataforma utilizada em FaD

Dos 160 formadores inquiridos, constatámos que 70 usam apenas o Microsoft Teams, 3 usam apenas o Google Classroom e 14 usam apenas o Moodle.

Sendo que os restantes têm experiência com várias plataformas, 29 pessoas usam quer o Moodle quer o Microsoft Teams e 14 usam o Google Classroom e o Microsoft Teams.

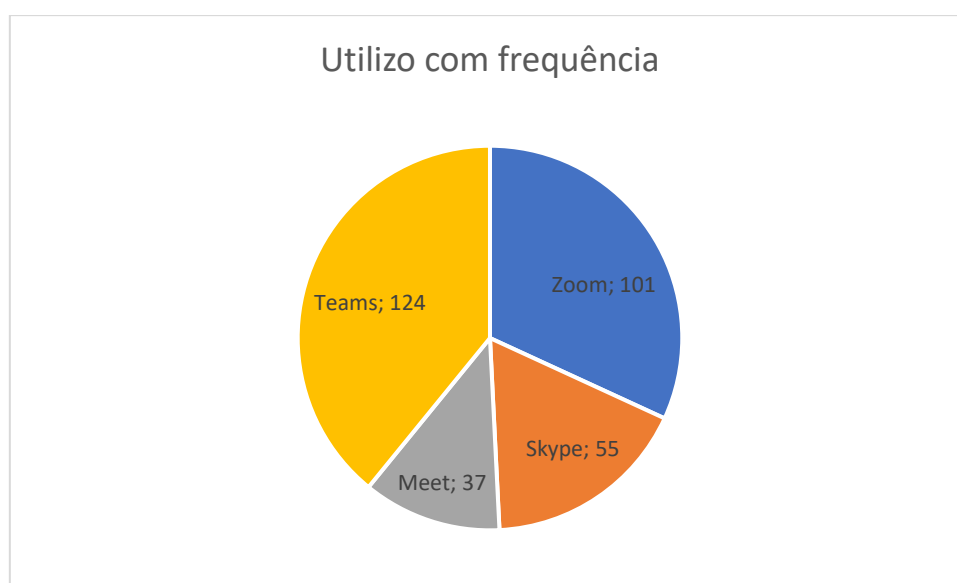
De referir que alguns centros de formação ou entidades formadoras implementaram plataformas únicas e definiram regras de atuação, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, que implementou uma plataforma de FAD suportada na plataforma colaborativa da Microsoft, o Teams.

### 5.2.3 Aplicações usadas para videochamada

	Zoom	Skype	Meet	Teams
Não conheço	1	5	38	2
Conheço	159	155	122	158

Tabela 1 – Aplicações de Videoconferência

No que diz respeito às aplicações usadas para videochamada, 159 formadores conhecem o Zoom, 158 conhecem o Teams, 155 conhecem o Skype, no entanto há uma redução no que diz respeito ao Meet em que 122 formadores conhecem.



O Microsoft Teams é a plataforma mais usada para fazer videochamada através das suas reuniões, de seguida o Zoom que é uma aplicação paga com versões gratuitas para utilização limitada ou instituições escolares; o Skype também é usado, mas em número mais reduzido, e por fim o Google Meet que surgiu mais tarde no mercado.

## 6 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O questionário foi aplicado através do Google Forms, em que os inquiridos apenas poderiam responder uma vez, e a própria aplicação permitiu a criação de gráficos que ilustram as leituras realizadas.

Analisando os resultados podemos constatar que os formadores utilizam vários serviços na Internet, nomeadamente as Redes Sociais, Correio Eletrónico, as Pesquisas na Internet, sendo que as aplicações de videochamada também estão a ser muito usadas. Considerando que a maioria dos inquiridos são formadores da componente escolar e da qualificação profissional em que a formação era de frequência presencial, constatamos que aplicam esta nova prática no seguimento do início da Formação assistida digitalmente.

No que diz respeito a plataformas de trabalho colaborativo ou *Learning Management Systems* (LMS) que os formadores usam em tempos de pandemia verificamos que a maioria dos inquiridos utilizam o Microsoft Teams, de seguida o Moodle e alguns o Classroom.

A videochamada também passou a ser uma ferramenta de uso muito frequente na formação assistida digitalmente, sendo que a aplicação mais usada é o Microsoft Teams e logo de seguida o Zoom.

A videochamada é usada para a comunicação síncrona e é possível identificar as vantagens do seu uso, assim com o contacto direto pode ser criada mais interação entre as partes e pode ser mais motivador para os formandos. “Este tipo de comunicação, trata-se de um método não só de comunicação mas também de aprendizagem interativa, onde cada participante pode conduzir ativamente a sua interação e participação, até mesmo além do que fora planificado. Face a tal, o participante sente-se um elemento ativo no processo não só da sua própria formação, mas também da de outros participantes” (Matos, 2011, p. 70).

## 7 CONCLUSÃO

Num período de mudanças na formação profissional e de adaptação à nova realidade que a pandemia CoViD-19 trouxe, foi necessária uma autocapacitação dos formadores para poder corresponder às necessidades da formação assistida digitalmente.

Os formadores sustentam as suas sessões de formação em plataformas colaborativas promovidas ou não pelas entidades formadoras, nomeadamente o Microsoft Teams, e recorrem à videochamada para as sessões síncronas que promovem a comunicação entre o formador e os formandos, assim como permitem uma interação entre todos os elementos que fomentam a aprendizagem.

A FAD e os grupos mistos deram oportunidade a algumas pessoas de concluírem a sua certificação, que caso fosse presencial não conseguiriam. Havendo a possibilidade de frequentar remotamente, online, os formandos mesmo impossibilitados de se deslocar por motivos de doença ou apoio à família, ou outros motivos, podem garantir a sua presença em formação, em casa.

A FAD é, portanto, uma oportunidade. Uma oportunidade para melhorar e inovar mudando o paradigma da formação. Uma formação assistida digitalmente, em que os formandos estão em permanência com as equipas formativas, fazem a formação assíncrona ao seu ritmo, desenvolvem competências transversais de extrema importância, como a utilização das tecnologias de informação e as competências digitais.

É uma excelente oportunidade de utilizar cenários de aprendizagem alternativos, desenvolver projetos e dinâmicas colaborativas, promover campanhas e ações de Formar/Educar para e com

os Media, de aumento de competências digitais dos atores da formação e formar para o respeito por questões de ética, segurança e direitos de autoria.

No entanto, não se pode perder o foco na qualificação profissional pois nem tudo pode ser online! A formação de qualificação profissional requer, em alguns casos, a utilização do espaço oficina e a prática simulada de algumas situações, que não poderão ser supridas ou experimentadas remotamente, como o caso de práticas oficinais como a cozinha, mecânica, eletricidade, cabeleireiro ou estética, entre outras.

É um desafio muito grande para os formadores que necessitam de estar permanentemente a melhorar as suas competências digitais e de comunicação com os formandos, uma vez que a formação contínua não é obrigatória para renovação do certificado de competências pedagógicas.

No futuro poderão ser estudado o impacto da formação assistida digitalmente no desenvolvimento de competências digitais de formadores e de formandos.

## REFERÊNCIAS

- CNQF - Centro Nacional de Qualificação de Formadores. (2020). *Formação Pedagógica Inicial*. IEFP. Obtido de <https://www.iefp.pt/referenciais-formacao/-/sgd/get-file/VnRJOTI6Q01wcGI0U0k0N2tYVkiDNTBwNnNnam92VE1uN0g2RXZfV3hEakplUzkvVzZReIR3PT0%3D>
- Coterillo, A., Ríos, A., Costa, F., Borisenko, I., Farto, J., Viana, J., . . . Cadenas, R. (2019). *TIC para Educadores de Adultos*. (I. d. Lisboa, Ed.) Obtido de <https://www.researchgate.net/publication/334508459>
- Europeu, P. E. (2018). Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD).
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. (2015). *Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacias Digitais (2015 – 2020)*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. Obtido de <https://joinup.ec.europa.eu/sites/default/files/document/2016-06/enild.pdf>
- Gonçalves, B. M. (2018). Massive Open Online Courses (MOOC) to improve teachers' professional development. (R. -R. Elearning, Ed.) Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/57456>
- IEFP, I. (2014). *Cursos de Aprendizagem - Regulamento Específico*. IEFP, IP. Obtido de [https://www.iefp.pt/documents/10181/684509/Regulamento\\_Especifico\\_Cursos\\_Aprendizagem\\_2014.pdf/a4051235-635c-463f-aa9f-c2835c57e760](https://www.iefp.pt/documents/10181/684509/Regulamento_Especifico_Cursos_Aprendizagem_2014.pdf/a4051235-635c-463f-aa9f-c2835c57e760)
- Loureiro, A., Vaz, C., Rodrigues, M. R., & Loureiro, M. J. (2009). Factores críticos de sucesso em comunidades de prática de professores online. *VI Conferência Internacional de TIC na Educação*. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.15/2154>
- Martins, E. (2020). *O papel das competências digitais para a inclusão digital e social de adultos/as - um estudo de caso em cursos EFA*. Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.15/3021>
- Matos, F. (2011). *O Skype como ferramenta de interação e colaboração no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras em teletandem*. Universidade Aberta. Obtido de <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2087/1/Filipa%20Matos-TMPEL.pdf>
- Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação. (1997). *Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal / Missão para a Sociedade da Informação. - Dados textuais*. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Obtido de <http://purl.pt/239/2/>

- Moreira, J., Henriques, S., & Barros, D. (06 de 2020). Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*.
- Oliveira, S. (2010). A Teoria Geracional dos Direitos do Homem. *Theoria - Revista Eletrônica*, pp. 23-24. Obtido de [https://www.theoria.com.br/edicao0310/a\\_teorica\\_geracional\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](https://www.theoria.com.br/edicao0310/a_teorica_geracional_dos_direitos_do_homem.pdf)
- Pereira, G. (2012). *Um LMS ao serviço da educação: O caso da Escola Secundária de Sá da Bandeira*. Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.15/1555>
- Pereira, R. &. (2013). A análise swot como estratégia de (auto)avaliação: uma partilha de experiências em contextos de prática clínica supervisionada. pp. 273-278. Obtido de [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/33845/1/Artigo\\_SWOT.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/33845/1/Artigo_SWOT.pdf)
- Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital para Portugal. (2019). *Portugal INCoDe.2030 - Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030* –. Obtido de [https://www.incode2030.gov.pt/sites/default/files/qdracd\\_set2019.pdf](https://www.incode2030.gov.pt/sites/default/files/qdracd_set2019.pdf)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020. (s.d.). Presidência do Conselho de Ministros. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/30/2020/04/21/p/dre>
- Rodrigues, E. (2004). O papel do e-formador (formador a distância). Em A. A. DIAS, & M. J. GOMES, *e-Learning para e-Formadores* (pp. 73-98). Universidade do Minho - Serviços de Documentação. Obtido de <http://hdl.handle.net/1822/6412>
- Rodrigues, S. (2009). *Guia de Operacionalização de Cursos de Educação e Formação de Adultos*. (I. Agência Nacional para a Qualificação, Ed.) Obtido de [https://www.anqep.gov.pt/np4/file/345/GO\\_EFA\\_\\_\\_publicacao.pdf](https://www.anqep.gov.pt/np4/file/345/GO_EFA___publicacao.pdf)